

## PERCEBENDO DEUS

ALSTON, William. **Percebendo Deus**: a experiência religiosa justificada. Tradução Agnaldo Cuoco Portugal. Natal: Carisma, 2020.

Arthur Henrique Soares dos Santos\*

William Alston é, juntamente com Alvin Plantinga, Richard Swinburne e John Hick, um dos mais importantes nomes da filosofia analítica da religião, trabalhando temas relacionados à linguística, metafísica e epistemologia. Sua famosa obra *Perceiving God*, publicada originalmente em 1991, finalmente ganhou uma tradução para o português, feita cuidadosamente pelo Prof. Dr. Agnaldo Cuoco Portugal (UnB), e publicada pela Editora Carisma em parceria com a Associação Brasileira de Filosofia da Religião (ABFR). Na obra, o filósofo visa defender que o crente teísta, mais especificamente aquele que está envolvido no que ele chama de *prática doxástica perceptual mística cristã* (PMC), está epistemicamente justificado em manter crenças acerca de Deus por percebê-lo como sendo ou fazendo algo.

O livro é dividido em oito capítulos, sendo o primeiro dedicado a uma descrição e análise da suposta experiência religiosa em termos de percepção mística. O segundo capítulo traz uma discussão acerca da justificação epistêmica de crenças perceptuais e outras (como a memória, a introspecção e a intuição racional), aplicando os resultados à percepção mística. No terceiro e quarto capítulos, Alston discute o caso específico da percepção sensorial (PS), focando no debate acerca da confiabilidade desta enquanto prática doxástica, ou seja, uma prática formadora de crenças. No quinto capítulo, é finalmente discutida a PMC, verificando se ela pode de fato ser tida como uma prática doxástica experiencial completa. Nos capítulos seis e sete são analisados possíveis anuladores da confiabilidade de PMC, sendo o sétimo dedicado de maneira exclusiva à problemática do pluralismo religioso. Por fim, o oitavo capítulo finaliza a obra com a busca de relacionar PMC a outros fundamentos da crença especificamente cristã, esboçando um argumento composto em favor desta.

No primeiro capítulo, Alston faz uma longa lista de exposições de experiências religiosas a serem enquadradas no que ele chama de percepção mística de Deus, sendo esta entendida como a experiência na qual o sujeito toma (ou tomaria) o objeto percebido como sendo Deus. Tais relatos, extraídos tanto de fontes místicas clássicas como Santa Teresa,

---

\* Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). santosarthursoares@gmail.com

quanto de trabalhos filosóficos tais qual o de William James, variam desde percepções da presença de Deus ou do perdão de pecados por conta da graça e misericórdia divinas até a descrição de estados subjetivos de felicidade interior relacionados a algo que os sujeitos tomam como o agir do Criador em suas próprias vidas. Dessa forma, utilizando a Teoria da Aparição, na qual “S perceber X é simplesmente X aparecer para S de determinado modo” (p. 100), o filósofo defende a possibilidade de que Deus apareça diretamente e de maneira não sensorial para a experiência de alguém caso Ele de fato exista; afinal de contas, afirma Alston, não existem restrições *a priori* ou empíricas que impossibilitem a percepção mística. Por conseguinte, havendo a possibilidade de cumprimento das condições causal e doxástica para a percepção, pode-se pensar a experiência religiosa em termos de uma teoria da percepção, a qual deve ser estudada, para fins de justificação epistêmica, a partir de uma investigação mais ampla da percepção em geral.

No segundo capítulo, Alston traz a investigação da justificação epistêmica de crenças perceptuais em geral. Dessa forma, é colocada a problemática de saber se o modo pelo qual as pessoas costumam produzir crenças místicas a partir da experiência religiosa (talvez acrescida por crenças de fundo) tem justificação *prima facie*. Contudo, o conceito de justificação em Alston se dá a partir da confiabilidade do processo doxástico, sendo necessário, para que uma crença mística esteja justificada, que a própria percepção de Deus seja plausivelmente considerada confiável. Dessa forma, para investigar a questão da confiabilidade de crenças perceptuais, o filósofo chega a uma problemática crucial: é possível demonstrar que a PS é confiável e que, portanto, tem justificação *prima facie*?

O terceiro capítulo, por conseguinte, faz uma análise de várias tentativas de estabelecimento da confiabilidade de PS. Alston divide a discussão em argumentos wittgensteinianos, transcendentais e inferências da melhor explicação. Ao fim das considerações, ele conclui que nenhum dos argumentos tem sucesso por conta de circularidade epistêmica ou outras falhas graves. Porém, apesar do excelente e perspicaz raciocínio do filósofo da religião, parece haver um problema em sua análise dos argumentos transcendentais. Alston afirma que estes são irrelevantes para sua discussão porque, quando os filósofos anglo-americanos se engajaram nesse tipo de argumentação, eles não estavam preocupados com a confiabilidade de PS: “Em suma, eles estavam fazendo metafísica em vez de epistemologia” (p. 197). Porém, ao considerar os argumentos verificacionistas (herdeiros de Wittgenstein e, em alguma medida, da filosofia transcendental de Kant), Alston reconhece que estes estavam preocupados com “teses usualmente metafísicas como a ‘existência do

mundo externo” (p. 180), o que não o impede de fazer uma análise epistemológica da discussão. Dessa maneira, parece que seria possível estabelecer também argumentos transcendentais voltados para a discussão epistemológica da confiabilidade de PS, de maneira semelhante ao que é feito com os argumentos verificacionistas. Por esse motivo, a obra ignora uma forma de argumentação importante que poderia ser utilizada contra sua tese. Entretanto, se estabelecida a falha dos argumentos transcendentais a favor da confiabilidade de PS, a conclusão de Alston continua de pé. Suponha-se plausivelmente que o filósofo esteja correto, afinal de contas é difícil acreditar que os argumentos transcendentais kantianos tenham sucesso se todos os seus herdeiros falham grandemente. Isso significa que ninguém pode considerar a percepção mística como inferior à PS com base no fato de que ninguém estabeleceu um argumento a favor da confiabilidade da primeira. Nesse aspecto, as duas estão em pé de igualdade.

O quarto capítulo visa lidar com o resultado um tanto pessimista do que foi abordado anteriormente. Por isso, Alston busca responder se há alguma base para considerar a percepção sensorial e outras fontes doxásticas como confiáveis, o que é essencial para responder à questão da justificação epistêmica de tais práticas. Dessa forma, o filósofo recorre, a partir de noções anteriores desenvolvidas por Thomas Reid e Ludwig Wittgenstein, ao que é chamado por ele de *práticas doxásticas*, as quais são autônomas e possuem uma pluralidade irreduzível, não podendo haver a submissão de uma (como PS) a outra (como a intuição racional). Assim, Alston passa a defender o que ele chama de *racionalidade prática*, a qual indica que, como não temos outra alternativa válida, é racional o envolvimento com qualquer prática doxástica socialmente estabelecida desde que não haja razão suficiente para encará-la como inconfiável. Para finalizar o capítulo, o filósofo defende que há ainda um autoapoio significativo dentro das práticas doxásticas, como quando os resultados de PS são apoiados pela capacidade de prever eventos de maneira indutiva. Obviamente, isto não é um argumento a favor de PS, uma vez que tomado dessa forma seria epistemicamente circular; mas ainda assim tal autoapoio, diz Alston, ajuda a discriminar entre práticas que claramente não são confiáveis (como a adivinhação ou a leitura em bolas de cristal) e práticas que, como PS, exibem uma regularidade na qual o ser humano confia em termos práticos. Dessa maneira, tendo em mente a racionalidade de comprometer-se com uma dada prática doxástica, é possível ver que isso acarreta a razoabilidade de confiar em tal prática, o que é suficiente para a justificação *prima facie* das crenças geradas através dela.

No quinto capítulo, retoma-se o tópico central da obra, que é a justificação epistêmica das crenças perceptuais místicas. Assim, Alston defende a possibilidade de ver tais crenças como formadas a partir de uma prática doxástica socialmente estabelecida, obedecendo aos requisitos necessários para ser assim considerada. Posteriormente, é percebido que os sistemas de anulação das crenças perceptuais místicas é diferente nas diversas religiões; dessa forma, como o sistema de anulação é determinante na individuação das práticas doxásticas, cada religião teria uma prática diferente. Para sua investigação, Alston escolhe PMC para a determinação de um caso típico de crença justificada, restringindo sua atenção, portanto, à crença cristã (na introdução da segunda edição de *Uma interpretação da religião*, Hick chama de arbitrária a escolha feita por Alston). Finalizando o capítulo, o filósofo procura demonstrar que as diferenças que existem entre PMC e PS não desqualificam a primeira, mas são resultados esperados da pluralidade irreduzível das práticas doxásticas, relacionados ao fato de que ambas lidam com objetos distintos de percepção.

No sexto capítulo, Alston busca considerar as possíveis razões suficientes para considerar PMC como inconfiável, investigando assim a questão dos anuladores da justificação *prima facie* defendida. O filósofo considera as objeções naturalistas à percepção mística, concluindo que elas não têm sucesso pela falta de apoio empírico e por conta de generalizações irresponsáveis. Talvez seja importante enfatizar que esse ponto contém um material que, sem dúvida, é aproveitado posteriormente por Plantinga em sua resposta às objeções desse mesmo tipo em *Crença cristã avalizada*, elevando o nível da discussão teórica de Alston a outro patamar. Depois, é discutido se as inconsistências nos resultados de PMC a desqualificam e é dada uma resposta negativa por conta do fato de que nossa falibilidade doxástica faz com que haja inconsistências relativamente aceitáveis dentro de práticas doxásticas muito bem estabelecidas como PS. Por fim, Alston também questiona se a confiança em PMC pode ser anulada por conflitos com outras práticas doxásticas firmemente estabelecidas, demonstrando que (a) não há inconsistência entre os resultados científicos e as doutrinas cristãs centrais bem como que as diferenças entre a ciência e PMC são esperadas dada a natureza distinta de seus objetos; que (b) não há razão alguma para supor algum conflito entre a história e a crença cristã; e que (c) a metafísica naturalista não é anuladora da confiabilidade de PMC por não haver razão suficiente para que o crente cristão aceite o naturalismo.

No sétimo capítulo, Alston busca considerar um outro tipo de objeção à confiabilidade de PMC: a grande diversidade religiosa presente em nosso mundo. Apesar de abordar

brevemente a possibilidade lógica (defendida por Plantinga em seu trabalho de epistemologia reformada) de que tal diversidade incompatível seja resultado do que a tradição cristã chama de *pecado original*, Alston logo se volta a defender que, na suposição de que não haja apoio externo para a crença cristã, ainda assim é racional que o praticante de PMC se mantenha dentro de tal prática, visto que não podemos encontrar fundamentos neutros que nos deem condição de um argumento em favor de PMC ou de quaisquer outras práticas místicas. É interessante que esse tópico revela novamente um aspecto marcante da filosofia de Alston: seu pessimismo com relação às capacidades argumentativas da filosofia. Como afirma ele em uma nota de rodapé, “na filosofia, notoriamente, carecemos de modos neutros para determinar que lado está correto ou está em melhor posição para chegar à verdade em debates fundamentais [...]” (p. 410). Sem dúvida, deve-se concordar com o filósofo em dizer que “é muito deprimente pensar a respeito” (p. 410). Apesar da aceitabilidade racional da resposta dada ao problema do pluralismo religioso, é necessário notar que ela poderia ser mais bem desenvolvida. Ao lidar com as propostas de John Hick, por exemplo, Alston simplesmente defende que, uma vez que os dois filósofos têm projetos distintos em relação à crença religiosa (enquanto Hick busca mudar tais crenças, Alston visa apenas analisar e avaliar as crenças atuais), não é necessário fazer uma longa consideração sobre as propostas pluralistas de Hick. Sem dúvida, uma resposta mais substancial pode ser encontrada nos capítulos dois e treze de *Crença cristã avaliada*, de Alvin Plantinga, em que o filósofo reformado objeta diretamente contra o projeto pluralista de Hick e busca assegurar os direitos epistêmicos do crente cristão.

No oitavo e último capítulo, Alston considera as outras fontes doxásticas para a crença cristã, distinguindo entre a teologia natural, a tradição e algumas formas de revelação. Dessa forma, elas são reduzidas a duas categorias principais: apresentação perceptual e inferência pela melhor explicação. Assim, o filósofo demonstra que tais fontes se relacionam, contribuindo conjuntamente para o quadro geral da crença cristã, seja com o surgimento de novas crenças como a proposição de que Deus está perdoadando e confortando o pecador arrependido nesse exato momento ou com o apoio a crenças já presentes no sistema de fundo. Mas há ainda um outro papel muito interessante: o de um argumento composto em favor da crença cristã. Nesse ponto, Alston faz apenas um breve esboço não muito substancial por conta da limitação de escopo da sua obra. Um argumento desse tipo poderia seguir moldes muito semelhantes aos de Richard Swinburne nas obras *A existência de Deus* e *The*

*ressurrection of God incarnate*, nas quais é dada uma boa amostra de um longo e detalhado argumento composto a favor da crença cristã.

Em suma, mesmo que possa ser dito que existem alguns problemas em *Percebendo Deus*, a publicação de tal obra pela Editora Carisma juntamente com a ABFR é um marco nos estudos de filosofia da religião no Brasil. Na obra, é elevada a discussão da epistemologia da experiência religiosa a um novo patamar teórico e agora esse importante material, traduzido de maneira extremamente cuidadosa, está disponível em língua portuguesa, sendo fundamental aos estudantes de filosofia, de teologia, e a todos os interessados nos temas discutidos por Alston.